

FERNANDO COLLOR

UMA PROPOSTA  
SOCIAL-LIBERAL

BRASÍLIA – 2008



SENADO FEDERAL

**SENADOR FERNANDO COLLOR**

**PROPOSTA  
SOCIAL-LIBERAL**

BRASÍLIA – 2008

Collor, Fernando, 1949-.

Proposta social-liberal / Fernando Collor. -- Brasília :  
Senado Federal, 2008.

63 p.

Coletânea de artigos.

1. Política e governo, Brasil. 2. Reforma política, Brasil.  
3. Liberalismo, Brasil. I. Título.

CDD 320.981

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
Apresentação.....	5
Agenda para o consenso: uma proposta social-liberal.....	7
O papel do Estado.....	13
O Social-Liberalismo e as soluções necessárias.....	17
Reforma institucional (I).....	21
Reforma institucional (II).....	25
Democracia, reforma política e direitos humanos.....	29
O modelo econômico: capitalismo democrático.....	33
A revolução educacional.....	37
O papel da cultura.....	41
A perspectiva social-liberal da ecologia.....	45
Formação básica, ciência e tecnologia.....	49
Desenvolvimento sustentável e justiça social.....	53
Presença internacional do Brasil.....	57
Agenda para o consenso: a sociedade responde.....	61



## **APRESENTAÇÃO**

A presente coletânea de artigos, publicados em 1991 e 1992, objetiva resgatar minha visão, como então presidente da República, acerca dos principais problemas e conflitos brasileiros da época. Traz ainda a abordagem, de cunhos socioeconômico e político, sobre a tentativa de inserção do País no novo mundo que se delineava a partir de 1989, diante da queda do Muro de Berlim.

Aos leitores, portanto, torna-se fundamental a percepção desta Proposta Social-Liberal, com seus aspectos abordados e os problemas aqui colocados, de forma sempre relacionada ao momento histórico em que as matérias foram escritas.

**SENADOR FERNANDO COLLOR**

**JUNHO/2008**



## **AGENDA PARA O CONSENSO: UMA PROPOSTA SOCIAL-LIBERAL**

Por que a Agenda para o Consenso? Porque é chegada a hora de institucionalizar as reformas, de melhor definir os métodos e instrumentos que nos permitirão alcançar as metas de modernização e de justiça social que todos os brasileiros desejam.

Os grandes objetivos, verdadeiros fundamentos da agenda, são claros e estão lastreados em amplo consenso: o controle da inflação, o saneamento das finanças públicas, a reestruturação e o redimensionamento do Estado, a modernização da economia, o desenvolvimento sustentado, a promoção da justiça social, a conservação do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural, o acesso a uma justiça eficaz e a garantia da segurança pública.

Num estado democrático, o pluralismo é um dos pressupostos da ordem política. Ao lado dos poderes constituídos, atuam os partidos, os sindicatos, as organizações sociais, a imprensa, instrumentos vitais da democracia que devem, em debate permanente, articular, a cada momento histórico, a vontade coletiva da Nação.

A sustentação das reformas requer, portanto, como imperativo político, o engajamento de uma ampla base social, de gente de todas as camadas, da maioria que está plenamente consciente da necessidade de mudar. É indispensável mobilizar a sociedade para criar e, agora, renovar as fontes de legitimidade do sentido radical e abrangente do projeto brasileiro de modernização, que engloba tanto as relações do Estado com a sociedade como a melhora progressiva da qualidade da estrutura produtiva.

Para isso, é preciso irrigar a decisão política com o estímulo das forças da Nação e fazer das reformas um credo social. Uma doutrina livremente assumida e enriquecida pela sociedade e, particularmente, pela juventude.

Daí a urgência de articular as diversas reformas em torno de um ideário, de uma filosofia política consciente e clara.

Essa filosofia, nós a encontramos na idéia social-liberal. Essa fórmula significa a vontade de criar entre nós um liberalismo verdadeiramente moderno, com raízes populares e apelo nacional. Significa, naturalmente, um decidido não ao estatismo, ao coletivismo e ao dirigismo, a todas as formas desacreditadas e peremptas de protecionismo, paternalismo e populismo que pesam sobre nossa sociedade e entravam nosso pleno ingresso na modernidade. Mas também significa algo essencialmente diverso daquela vertente oligárquica, e conservadora que tanto predominou, e ainda persiste, na forma ultrapassada do liberalismo em relação às fontes sociais e nacionais da vida política e da mudança histórica. Social-liberalismo: uma ideologia com a paixão da liberdade não exclui – pelo contrário, pressupõe – a busca da justiça através de esforço permanente de dar a todos efetiva igualdade de oportunidades e de uma expansão constante do horizonte social dos direitos humanos. Um liberalismo de promoção social e não de exclusão classista. Liberalismo simultaneamente libertário e igualitário, desejoso de democratizar o direito à diversidade, que é o esteio da vida livre.

Por que a urgência do social-liberalismo, no Brasil, na América Latina dos nossos dias?

Porque todas as outras fórmulas falharam.

Os liberalismos conservadores não corresponderam à sede de desenvolvimento e modernização de sociedade em mudança. As modernizações autoritárias presidiram importantes processos de industrialização, mas negaram às massas o principal fruto do progresso: um padrão de vida decente. Os regimes fechados sufocaram a liberdade, sem conseguir assegurar ao povo o acesso a níveis de consumo da sociedade industrial avançada. As receitas demagógicas ficaram nas

soluções cosméticas, sem atacar a raiz do problema e as carências da população.

Enfim, mesmo as soluções que mais bem pareciam atender ao desafio de combinar liberdade e justiça nas sociedades industrializadas encontram limites e estão em fase de necessária renovação. A era do individualismo, da tecnologia avançada, da globalização econômica e da livre barganha salarial, do neocapitalismo, exige propostas criativas para a gerência de situações sociais, que não estavam no mapa histórico até poucos anos atrás.

Um rápido relance à História do Brasil demonstra que a experiência do passado nos concita a tentar a chance do liberalismo moderno, que harmonize liberdade, eficiência e equidade. Isto é, a chance do social-liberalismo.

É chegada a hora de eliminar em definitivo a vergonhosa combinação de privilégio e penúria que ainda caracteriza, infelizmente, a nossa estrutura social.

O social-liberalismo encarna o inconformismo ante a miséria, as doenças, a ignorância e a carência gritante. Recusa a insinuação de que o crescimento econômico cuidará deles automaticamente. Os social-liberais não se conformam com o fato de que o Brasil tenha o parque industrial diversificado e em alguns setores, moderno e competitivo, mas o perfil social que revela a mais extrema da injustiça.

O social-liberalismo é isso: a exigência da democratização da liberdade. É a aliança do liberalismo econômico – o melhor método de criação de riqueza até aqui conhecido – com o sentido do social. Nessa aliança radica a grande perspectiva política de uma centro-esquerda modernizadora. Um centro dinâmico, equidistante das direitas excludentes e das esquerdas arcaicas, centralizadoras e dirigistas.

Implementar a posição liberal, na sociedade brasileira contemporânea, equivale a nada menos que uma revolução. Uma revolução pacífica e democrática, conduzida por um governo legítimo, oriundo da maior manifestação de vontade popular que o País conheceu. Mas que significa, sem dúvida, uma profunda ruptura com todo um conjunto de hábitos e mentalidades que constituem o Brasil antigo.

Quais os caminhos concretos que a revolução social-liberal se propõe adotar? Aqui, o ponto crucial é, naturalmente, o papel do Estado.

Que reforma do Estado? Numa palavra, trata-se de modificar qualitativamente sua relação com a sociedade, ampliando sua atuação no campo social e reduzindo sua intervenção direta nas atividades produtivas bem como no volume absurdo de regulamentos que cerceiam a livre iniciativa.

Os partidários do estatismo pretendem que a reforma do estado liberalizante sacrificaria ainda mais as camadas desfavorecidas, ao retirar-lhes a assistência governamental. Porém, a alegação repousa num sofisma. Conforme amplamente demonstrado por vários estudos, como os do Banco Mundial, os verdadeiros beneficiários dos gastos sociais na América Latina, inclusive o Brasil, não são, em geral, as camadas mais pobres. A verdade é que o principal dispêndio do Estado tem sido com o custeio da própria máquina burocrática e não com atividades-fim, traduzidas em serviços sociais eficientes. E é isso o que vem sentindo o povo brasileiro, dolorosamente consciente da falência do nosso sistema previdenciário.

Essa distorção não pode, aliás, surpreender, quando se pensa no que foi a formação social dos países latino-americanos. No passado, em nossas economias agroextrativas, geralmente de crescimento lento, a empresa tendia à atrofia, o próprio comércio ficava em mãos estrangeiras e o serviço do Estado era, em consequência, o destino clássico dos filhos de grupos oligárquicos. Dos filhos mais moços até as famílias menos ricas, um grande número de pessoas buscava o emprego público como a única avenida de sustento e prestígio.

Assim, em vez de desalojar privilégios, nossa burguesia tentava conquistá-los. Pois que outra coisa era, senão privilégio, nessa moldura social, o emprego público e, mais tarde, a empresa cartorial – esse prolongamento do mercantilismo contra o mercado da concessão contra a competição e do lucro monopolista contra o risco capitalista?

Essa mentalidade, gerando o fenômeno do empreguismo, enseja um tipo de exercício do cargo público de índole privatista. O emprego

é concebido como uma espécie de pensão vitalícia, mais precisamente de favor de uns para alguns, e não como função na base do mérito a serviço da comunidade.

E os bons funcionários, que se dedicam efetivamente a servir ao público, são estigmatizados, o que significa desestímulo, enfraquecimento das melhores vocações.

Essa herança histórica configurou entre nós o gosto pelo estado-ninho: do estado não como instrumento da coletividade, no esforço nobre de promover o bem comum, mas sim como refúgio aconchegante de interesses privados. Em contraste, cabe-nos agora o desafio de construir uma autêntica economia social de mercado.

Iniciei este artigo com uma pergunta: por que a Agenda para o Consenso? E, termino, com outra: por que, neste momento, o social-liberalismo?

Estamos em etapa crucial para a implantação das reformas que nos conduzirão à modernidade. No discurso que fiz na Reunião Ministerial de 23 de dezembro, apresentei os objetivos sobre os quais a sociedade brasileira já formulou consenso claro. É o primeiro momento de um debate, que há de ser abrangente, e verdadeiramente mobilizador. A proposta social-liberal é a melhor chave doutrinária para irmos adiante neste debate para definir a Agenda para o Consenso. Se a adotarmos estamos superando os vícios do fisiologismo e dando início a uma etapa essencial do projeto de modernização brasileira que é a renovação do próprio modo de pensar e de fazer política.

Pretendo participar de várias formas deste debate. E, uma dessas formas será consubstanciada no desdobramento sistemático das linhas mestras do pensamento social-liberal. Para tanto, elegeria entre alguns temas de reflexão como: o papel do Estado; reforma política e direitos humanos; a revolução educacional; um novo modelo econômico; o resgate da dívida social, e outros, que serão sinteticamente focalizados em artigos subseqüentes, sempre dentro da ótica social-liberal, que poderíamos resumir nas célebres palavras de Keynes: “O problema político da humanidade é combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.”



## O PAPEL DO ESTADO

No artigo inicial desta série “Agenda para o Consenso: uma proposta social-liberal”, apresentei os objetivos que, hoje, a sociedade brasileira quer alcançar e que constituem o núcleo daquela Agenda.

Eles têm um traço em comum: em todos, o estado aparece ora como objeto de mudanças necessárias, ora como iniciador de políticas que levariam a transformações econômicas e sociais. Isto levou-me a tratar aqui justamente da questão específica do papel do Estado.

Com efeito, não pode haver reforma do estado sem uma concepção nítida do seu papel no mundo moderno. Para os social-liberais, esse conceito é claro: o estado moderno deverá ser menos um estado produtor e mais um estado promotor ou provedor. Promotor de uma estratégia de desenvolvimento, ou seja, patrocinador de um projeto nacional capaz de facultar aos agentes econômicos a visualização da trajetória futura da economia e da sociedade, fornecendo um horizonte de cálculo para a tomada das decisões privadas. Provedor de serviços sociais essenciais, assegurando educação, saúde e saneamento as populações, particularmente às camadas menos favorecidas, e provedor das condições necessárias para que o desenvolvimento tecnológico seja potencializado, pois dele depende o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, o combate eficaz à pobreza.

O estado produtor, isto é, a presença maciça e direta do estado na economia, encontra-se em crise em toda parte. A tendência universal é claramente no sentido da descentralização das decisões econômicas, da autonomia da empresa, do jogo das forças do mercado.

Não queremos voltar a uma restauração utópica, porque anacrônica, do *laissez-faire*, em que o estado se limitaria a uma função de mantenedor da ordem social. Isto tornou-se impossível, já que tantos aspectos da economia e da técnica modernas pressupõem requisitos de infra-estrutura material ou de formação profissional tão amplos e tão custosos que só o estado, direta ou indiretamente, pode proporcioná-los.

Sabemos, também, que os maiores êxitos de crescimento econômico no pós-guerra, como o Japão e os “Tigres Asiáticos” não obedeceram ao princípio da estatização da economia. Houve apenas presença sensível do estado no modelo de desenvolvimento. Efetivamente, o Japão, com 20 por cento de controle estatal da economia, ou a Coréia do Sul, com 25 por cento, se desenvolveram em esquema bem afastado das elevadíssimas taxas de estatismo exibidas pela maioria dos países do chamado Terceiro Mundo.

O verdadeiro dilema não é a presença ou a ausência do estado na economia: essa alternativa já foi decidida – em favor da presença – desde o fim do século passado. O dilema contemporâneo é outro. Ele gira em torno do tipo de atuação do estado: dirigismo do estado produtor, ou planejamento do estado promotor, que é aliado e não rival do mercado?

É evidente e geral o descrédito do estado produtor, encarnação do estatismo econômico. Mas isto não quer dizer que o estado, mormente nos países em desenvolvimento, abdique do papel de árbitro ou de indicador da direção econômica. O dirigismo se provou ineficiente – mas o pensamento estratégico permanece necessário.

Ao recuo do estado produtor, substituído pelo estado promotor do desenvolvimento, soma-se o estado provedor de recursos e serviços sociais. E somente um estado financeiramente sadio é capaz de redirecionar-se no rumo do social e, em particular, de fomentar mecanismos tendentes a uma redistribuição efetiva da renda e da riqueza nacional. O estado enxuto, suplantando o estado obeso de hoje, ganha novas condições para promover o investimento produtivo. E esse estado financeiramente robusto possui condições de realizar duas coisas

indispensáveis à melhoria do nível de vida popular: restaurado na sua capacidade de investir, o estado passa a gerar, indiretamente, um grande número de empregos, tornando-se apto a lançar, em escala inédita, programas de amplo sentido social.

É preciso terminar de vez com a confusão semântica em torno da idéia de “estado forte” na América Latina. A verdade é que estado forte não significa estado ao mesmo tempo autoritário e impotente, como aquele que o estatismo latino-americano, de direita ou de esquerda, fez prevalecer até o passado recente. É aquele que conquista o respeito da sociedade por atender, com eficiência, as suas demandas sociais: devolve sob a forma de serviços públicos de boa qualidade, os impostos recolhidos ao Tesouro Nacional.

É o estado apto a decidir e arbitrar, pela autoridade democrática e não pela força, os conflitos que a sociedade não possa resolver por si mesma.

Um estado autoritário que se deixa colonizar por setores cartoriais não é um estado forte. É um estado fraco, ineficaz, marionete na mão de interesses particularistas. É um estado cada vez mais débil porque cada vez mais disfuncional, econômica, social e politicamente.

O novo estado de que o Brasil necessita é um estado a serviço da sociedade e não um estado-padrão. Esse é precisamente o estado que os social-liberais se propõem a construir.

O Brasil, atualmente, tem, ao mesmo tempo, estado de mais e estado de menos. Estado de mais, no plano econômico, onde o controle estatal chega a sufocar a economia de mercado. Estado de menos, na área científica e tecnológica e no plano social, em que tantos serviços são deficientes, precários ou inexistentes. Daí, a premente necessidade de reformar o estado, em prol da liberdade política, do desenvolvimento econômico e da justiça social.



## **O SOCIAL-LIBERALISMO E AS SOLUÇÕES NECESSÁRIAS**

O Brasil é uma democracia. Do ângulo social, ainda imperfeita, ainda marcada por contrastes inaceitáveis, que devemos corrigir. Politicamente, porém, as conquistas são claras. Vivemos em um país onde impera a liberdade, as decisões do Poder Público são submetidas permanentemente ao exercício da crítica, a opinião coletiva é atuante e respeitada, os poderes constituídos atuam com independência e harmonia.

Sabemos que esses dois processos se combinam, e o exercício da democracia política é um passo necessário para corrigir as distorções sociais que ainda separam os que tudo têm e vivem em condições privilegiadas, dos que lutam para sobreviver.

Assim, democracia significa que, com a participação ampla, com a prática diária da liberdade, retomamos o controle sobre o nosso destino. Não serão grupos corporativos, minorias ideológicas, que nos vão impor caminhos.

Para alguns analistas apressados, parece, no entanto, que a realidade ainda é a mesma de outros tempos. Ficam perdidos diante do exercício natural da liderança política que incumbe ao Presidente e, sobretudo, no fato de que o Executivo proponha e busque o debate para orientar as ações de Governo. Hoje, só iremos adiante, só construiremos o País digno de todos os brasileiros, se mudarmos o próprio feitio de fazer política, se aceitarmos que precisamos de linhas claras,

de objetivos precisos, que realmente guiem as ações econômicas e os programas sociais. E que, principalmente, tenham força para fundar consensos políticos. Quem pretende ter influência nas decisões coletivas deve necessariamente apresentar boas idéias.

Com este objetivo, apresentei a minha proposta social-liberal. Seus lineamentos básicos têm sido definidos e aperfeiçoados. Hoje, queria chamar a atenção para o que representa com base de atuação governamental.

Nestes últimos anos, todos reconhecem que a compreensão dos modelos de gestão econômica sofreu mudanças radicais. Por um lado, chegam ao limite as propostas de presença abrangente do Estado na economia. Nos países onde prevaleciam as regras de mercado, geraram-se crises fiscais que comprometiam a governabilidade; nos países socialistas são notórios os problemas dramáticos de esgotamento das possibilidades de crescimento: a justiça social ficou comprometida pela impossibilidade de crescer. De outro lado, sabemos que o mercado não é uma panacéia. Não pode ser estendido infinitamente. Serve de sustentação ao dinamismo da economia, mas não ensina a direção das aspirações maiores das sociedades.

Daí a necessidade de uma base ampla de discussão, que permita enfrentar uma questão conceitualmente complexa e de difícil encaminhamento concreto: o papel do Estado no mundo de hoje. Em cada país, haverá problemas e soluções próprias, mas nenhum homem público pode afastar-se do debate do tema central de nossos tempos: qual é o melhor instrumento econômico para criar justiça social?

Insisto em que essas propostas são uma base para discutirmos limites do Estado e o do mercado, mas elas contêm uma característica específica: a eficiência da solução econômica é medida a partir dos fins sociais a que deve servir.

Outro ponto importante – e que os diferencia de propostas anteriores – é que não constitui um corpo de doutrina, fechado, a ser imposto de cima para baixo por quem detém poder. São um convite para debate, e não seria mau que os que escrevem apressadamente sobre o

tema pudessem sugerir modos inteligentes e eficazes de compatibilizar dinamismo econômico com as exigências de justiça social.

Desejo que as propostas sirvam ao Brasil de hoje, e que sirvam ao Brasil no mundo de hoje. Diante das transformações radicais atualmente em curso nas esferas política, econômica e social, o maior pecado é não abandonar dogmas, visões simplistas, interpretações precipitadas. Estou convencido de que o grande mérito do social-liberalismo é o de poder constituir um ponto de convergência para os muitos que perceberam que as fórmulas do passado – sejam as estatizantes, sejam as de um liberalismo ingênuo ou conservador – não servem mais.

O desenvolvimento do País, com a superação das desigualdades e injustiças sociais que nos envergonham, é um desafio muito concreto. Ele somente poderá ser vencido pela via democrática, que pressupõe o engajamento esclarecido da cidadania, a partir do debate e da adoção de uma plataforma mínima de consenso. Minha proposta social-liberal deve ser entendida como um convite, como uma convocação para que todos os brasileiros tomem parte dessa ampla discussão, na qual haveremos de escolher os caminhos que nos levarão às soluções e à plena realização dos destinos de grandeza do Brasil.



## REFORMA INSTITUCIONAL (I)

A reforma das instituições é tema em permanente debate nas sociedades jovens e dinâmicas como a brasileira, que não alcançaram ainda o estágio de bem-estar material e cultural em que as nações consideram, certa ou erradamente, que seu quadro institucional já não comporta inovações profundas.

A vontade de mudança, de progresso, de modernização e até mesmo de novas experiências é natural e compreensível em nosso País. Na visão social-liberal, não se pode, contudo, ao lado do espírito determinado de transformação, deixar de reconhecer as virtudes do sentido de permanência.

Na questão institucional, este sentido exprime-se em dois níveis diversos, mas complementares. Primeiro, no reconhecimento de que a lei retira, do hábito, grande parte de sua força. A mudança legislativa constante confunde a população, produz normas mal conhecidas e compreendidas, torna-as menos respeitadas e, com isso, menos verdadeiras. Os efeitos negativos que a instabilidade das normas tem sobre a atividade econômica são conhecidos, nesta que talvez seja a área mais sensível a mudança freqüente das regras de convivência.

Em segundo lugar, passando ao caso específico do Brasil de nossos dias, cabe somar a essa virtude permanente da instabilidade institucional as virtudes concretas de nosso presente quadro político-jurídico.

As dificuldades da conjuntura econômica, nesta fase de transição do modelo estatista e cartorial ineficiente para uma economia moderna e competitiva, dominam o cotidiano dos brasileiros de todas as clas-

ses – trabalhadores, empresários, intelectuais, artistas, funcionários públicos –, fazendo-nos por vezes esquecer o excepcional momento político que vivemos.

Primeiro presidente a ter seu mandato todo ele regido pela Constituição de 1988, que ampliou significativamente o papel do Legislativo e restaurou por inteiro a função tradicional do Judiciário, tenho-me empenhado em garantir um relacionamento harmônico entre os três poderes do Estado, quaisquer que sejam as conjunturas.

Iniciativas essenciais de meu plano de governo encontram dificuldades na tramitação e no seu exame pelo Congresso, o que tenho enfrentado com espírito plenamente democrático. Sejam elas aprovadas, modificadas ou recusadas, a minha disposição para o diálogo não se altera. Mesmo quando divergências de fundo ocorrem, são absorvidas como fatos comuns na vivência democrática. Não há crises ou impasses, fenômenos típicos de governos autoritários e de lideranças personalistas.

A compreensão verdadeira da essência do processo democrático consiste nessa aceitação, por parte de cada poder, das prerrogativas dos outros poderes em sua plenitude.

Nossas instituições vivem fase de notável fortalecimento e interação harmônica, mas, também nesse campo, são necessárias reformas significativas. Elas se situariam, no entanto, menos no plano estritamente legal, e mais na maneira como se comportam e interagem os diversos poderes.

Começam por uma reforma de atitude. O equilíbrio entre os poderes é essencial para que funcione a democracia. Depois de anos de autoritarismo, era natural que o Legislativo e o Judiciário buscassem recuperar integralmente sua influência e seu prestígio junto à sociedade brasileira.

Consolidada e amadurecida a democracia, impõe-se que tanto esses poderes como a população que a eles recorre para a defesa de seus interesses atuem de tal maneira que o Legislativo não bloqueie a dinâmica do Executivo, e o Judiciário não seja paralisado pela excessiva demanda que lhe impõe a sociedade. Todos estamos vendo quanto é

necessário buscar garantir a indispensável uniformidade na aplicação da lei, não devendo questões de caráter geral ser decididas de modo contrastante em diversos foros, lançando a incerteza no espírito dos cidadãos. Pela cidadania, devemos buscar os mecanismos que assegurem que decisões de nível superior vinculem os juízos singulares, e que as de nível supremo possam produzir efeito geral e imediato.

No que se refere especificamente às relações entre o Governo e o Congresso Nacional, ainda mais se impõe um alto espírito de compreensão e colaboração, levando-se em conta as notórias deficiências e contradições da Carta Magna quanto ao regime de poder estabelecido, sob mal-definidas vestes de presidencialismo. O exercício soberano do processo legislativo não se pode exaurir em recusas formais por parte do Congresso, ao qual a Constituição confere o poder-dever de oferecer criadoramente emendas ou substitutivos.

Em artigo subsequente, tratarei das outras dimensões da reforma institucional.



## REFORMA INSTITUCIONAL (II)

Retomo neste artigo a descrição da proposta social-liberal para a reforma institucional.

Essa reforma envolve mudança nas atitudes – mencionadas no artigo anterior – mas também nos objetivos e na conduta.

Reforma de objetivos. Em um sistema democrático, onde a separação e o equilíbrio dos poderes funcionam mediante freios e contrapesos, as três funções estatais de legislação, administração e jurisdição não devem ser apenas formalmente harmônicas, mas devem visar, em sintonia, à realização concreta do bem comum. Esse consenso mínimo é fundamental para que a harmonia desejada e garantida pela Constituição possa ser politicamente efetiva. Não se trata de coibir o pluralismo de opiniões, mas de buscar a convergência na ação. Uma qualidade que salta aos olhos, quando se examinam as sociedades hoje mais avançadas, é o alto grau de consenso interno sobre objetivos e valores em que se fundamenta o projeto nacional. Pode-se divergir, até da eleição de governantes, da aprovação dos planos políticos ou da edição da lei, mas deve-se passar a trabalhar coletivamente por seu êxito assim que tais processos estejam definidos. O Estado moderno perdeu, felizmente, o monopólio da ideologia e da economia, mas não perdeu seu papel central e determinante na consecução dos grandes objetivos nacionais. O êxito do governo não é o êxito de um partido, mas de toda a sociedade, e os demais poderes têm perfeita consciência desse fato.

Reforma de conduta. O Executivo tem realizado um enorme esforço de contenção de gastos e de implantação de uma verdadeira

ética do serviço público, contrária ao nepotismo, ao fisiologismo, à corrupção em todas as suas formas. Muito se alardeia sobre casos de corrupção, mas, talvez mesmo por má-fé, deixa-se de reconhecer que somente em meu governo estão sendo revelados e apurados graves abusos incrustados, há dezenas de anos, em órgãos da administração direta e indireta, como é o caso da Previdência. Trata-se de uma doença antiga, enraizada, que não pode ser sanada, completa e definitivamente, de uma hora para outra. Meus esforços no sentido de restabelecer a normalidade nos serviços públicos, com a punição dos responsáveis por danos ao Erário, têm enfrentado vícios arraigados da nossa cultura político-burocrática, mas os progressos são seguros, tanto pela firmeza com que a ação é conduzida, como pela transparência em todas as fases de apuração dos problemas eventualmente surgidos. Os demais setores do Estado reforçam essa tendência positiva na medida em que adotam as mesmas regras de contenção de despesas e de combate a todas as formas de favoritismo e corrupção em suas esferas de competência. Um dos exemplos mais sugestivos da imperfeição de nossas estruturas é o fato de não se ter podido fazer, até hoje, com que as normas exemplares de disciplina administrativa adotadas pelo Supremo Tribunal Federal se imponham também a todos os órgãos judiciários da União e dos estados.

No que concerne às estruturas administrativas, a proposta social-liberal encontra aspectos que merecem ser conservados, mas o mesmo não se poderá dizer com relação ao empobrecimento tributário da União, em benefício dos Estados e Municípios, os quais continuam, no entanto, a recorrer ao Governo Federal até mesmo para atender a serviços de caráter estritamente local.

Quanto à ordem econômica, é preciso reconhecer que fomos, como sociedade, muito mais rápidos e competentes em varrer o estado autoritário no plano político-jurídico, na esfera das liberdades individuais e do exercício da democracia, do que na desmontagem da máquina estatal em sua vertente econômica. É que o consenso se formou mais facilmente em torno daqueles objetivos do que destes, inclusive pelas resistências opostas, no âmbito econômico, pelos interesses contrariados indulgentes com sua própria ineficiência.

Como o ano de 1989 e os acontecimentos subseqüentes na Europa Central e Oriental mostraram com clareza, o entusiasmo pela democracia e pela liberdade não é garantia de mudança igualmente rápida do mundo da produção. Não é preciso recordar que mais difícil ainda é traduzir o crescimento econômico em benefícios sociais amplamente repartidos, o que constitui a essência da proposta social-liberal.

Nossa proposta compreende o ideário liberal no plano político, a prática liberal no campo econômico e uma ética de promoção social que melhore a realidade da vida dos brasileiros, permitindo, como disse em artigo anterior, harmonizar liberdade, eficiência e equidade. Estamos, como país, orgulhosos da realização do primeiro destes três objetivos; muito adiantados na concretização do segundo; mas, infelizmente, apenas no início da busca do terceiro. A reforma institucional, embora diga respeito sobretudo à primeira esfera, terá relevo também para as outras duas. Precisamos de um estado mais enxuto, moderno e eficaz; de um Legislativo em permanente sintonia com as expectativas maiores da sociedade; de uma Justiça democrática, independente, unívoca, cada vez mais aparelhada para dar pronta resposta aos que confiantemente a ela recorrem.



## DEMOCRACIA, REFORMA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS

Meu governo traz o sinal da democracia. Seu projeto de modernização está marcado pela liberdade. As medidas adotadas, inovadoras e corajosas, têm sido objeto do mais amplo debate legislativo e do permanente crivo do Judiciário. A Agenda para o Consenso é outra etapa do aperfeiçoamento da democracia brasileira. É um convite ao debate e, sobretudo, à participação consciente. Mudaremos o País se nos unirmos democraticamente na vontade de mudar. Ofereço, neste artigo, algumas idéias sobre como entendo a democracia moderna.

O social-liberalismo reconhece na prática da democracia uma consequência histórica do movimento liberal. A conquista da democracia, em todas as nações avançadas, teve por base as instituições liberais: as liberdades de opinião e associação, o Parlamento livre, a Justiça independente, o pluralismo dos partidos.

Democracia é o regime em que há participação igualitária e periódica da população na escolha do governo e do Legislativo. É o regime em que liberdade e igualdade se interpenetram, tornando a soberania popular fonte suprema de todo poder legítimo. Democracia é ainda o governo da maioria, respeitados os direitos da minoria. Essa característica, eminentemente liberal, pressupõe que a democracia, no seu exercício, pratique a estrita observância dos direitos humanos.

Em decorrência dessa defesa incondicional dos direitos humanos, devemos dar ênfase especial à questão do acesso à Justiça, hoje ainda freqüentemente sonogada às camadas menos favorecidas da po-

pulação brasileira. Assim, estaremos ajustando cada vez mais o Estado à sociedade civil, destinatária real da atividade política.

Outra questão crucial que a sociedade brasileira tem de enfrentar de modo decisivo, no plano mais fundamental da política, é a gritante situação de infância desvalida no País, ligando-o ao melhoramento de condições da maternidade e da família. Qualquer realização na área dos direitos humanos será insuficiente e frágil se não for acompanhada de dedicação, absolutamente prioritária, às crianças e aos adolescentes.

Na ordem democrática, também os grupos minoritários devem ser objeto de respeito e consideração, com o fim de todas as formas de racismo, discriminação e preconceito. As reivindicações da mulher devem ser plenamente acatadas.

No caso brasileiro, esse respeito a minorias deve abranger especialmente os grupos indígenas. É fundamental atender às determinações constitucionais de demarcar as suas terras, como meu Governo vem fazendo, para assegurar que os índios vivam como manda a sua cultura.

Na ótica social-liberal, um dos principais direitos humanos na sociedade contemporânea é o direito à informação. Ele implica, por parte do Estado, dever de transparência. Franquear ao público, o máximo possível, o conhecimento dos atos e estratégias de governo é, atualmente, uma exigência democrática profundamente identificada como a era da liberalização que vivemos: a participação dos cidadãos consolida a cultura democrática e aumenta a eficácia do Governo.

Outra preocupação social-liberal é o pluralismo. Sem a coexistência legal e legítima de diversas correntes de opinião e grupos de interesses não há sociedade liberal. E sem a expressão política do pluralismo – o regime pluripartidário – não há democracia digna desse nome. Acredito que se deva refletir profundamente sobre os meios de aperfeiçoar o nosso sistema partidário, ainda afetado por margem de inautenticidade.

Para dar aos partidos raízes sociais fortes e duráveis, o que causará uma verdadeira revolução na mentalidade da nossa classe política,

devemos contemplar a hipótese de uma revisão estrutural do sistema eleitoral, como o objetivo de: *a*) vincular os partidos ao municipalismo, força viva da nacionalidade; *b*) estabelecer o voto distrital misto para deputados e vereadores, corrigindo-se as desproporções na representação dos estados na Câmara Federal; e *c*) criar mecanismos que garantam o compromisso dos representantes do povo com diretrizes programáticas.

Esses são os pressupostos ao estabelecimento do regime parlamentarista, que defendemos como instrumento para aperfeiçoar a nossa democracia e melhor aglutinar as forças sociais em torno de um projeto nacional.

O social-liberalismo sabe que a superioridade das democracias repousa no seu poder de autocrítica, oferecendo a sociedade um método regular e ordeiro de corrigir os erros eventuais do Governo e, por isso mesmo, assume plenamente a democracia como regime da responsabilidade.

Instituições livres, Estado de direito democrático, igualdade civil e política, autonomia e pluralismo, respeito às minorias e aos direitos humanos, acesso à justiça, transparência e participação, reforma política, partidária e eleitoral, responsabilidade e liderança – eis o cerne da mensagem política social-liberal, que pretende levar a máquina política brasileira a vencer os desafios da nossa dívida social.

Para o social-liberalismo, a liberdade é composta de duas grandes dimensões: a dimensão da escolha e a dimensão do acesso. Sem escolha, o acesso aos bens sociais nega a liberdade e sufoca a individualidade. Sem acesso, a livre escolha das oportunidades de vida, no trabalho e no lazer, se converte em privilégio e degrada a democracia em oligarquia.

O social-liberalismo objetiva ampliar e enriquecer a experiência da escolha por uma expansão decidida dos mecanismos de acesso. Em virtude dessa inspiração ético-social, os sociais-liberais afirmam o compromisso com o ideal republicano.

A idéia de República, na tradição brasileira, significa federalismo, municipalismo, equilíbrio entre os poderes, cidadania participan-

te, função pública dignificada. Significa, sobretudo, o amor ao civismo e o combate sem tréguas à corrupção e ao nepotismo. O ânimo republicano é a seiva moral do social-liberalismo, que se concebe antes de mais nada como um liberalismo ético.

Esta é a visão social-liberal da democracia.

## **O MODELO ECONÔMICO: CAPITALISMO DEMOCRÁTICO**

Quando falei à Nação em 23 de dezembro passado, tratei do esgotado modelo econômico brasileiro e das dificuldades em escolher uma alternativa para substituí-lo. A Agenda para o Consenso pode servir, assim, como moldura política para o debate sobre os métodos e instrumentos a serem utilizados para a construção de um novo modelo.

O social-liberalismo tem contribuição a dar nesse processo, e propõe que a construção de um novo modelo econômico tenha, como pressuposto, servir efetivamente ao progresso e ao bem-estar de todos. Deve-se evitar que seja calcado em colcha de retalhos corporativista, que venha favorecer apenas interesses de uma minoria, em detrimento de um desenvolvimento real.

Para os social-liberais, o problema do modelo econômico é eminentemente prático: trata-se de saber qual o melhor rumo para promover o Brasil, o mais cedo possível, a níveis de vida digna e justa para todos.

Uma avaliação objetiva das trajetórias de crescimento econômico e êxito social na História Contemporânea confirma a superioridade da economia descentralizada, baseada no mercado e na livre empresa, movida pela busca do lucro, afeita ao risco e à inovação, e efetivamente aberta aos fluxos internacionais.

Com efeito, do tríptico ponto de vista da eficiência, da liberdade e da prosperidade geral, não há dúvida: o capitalismo democrático

é, claramente, o vencedor na competição internacional entre modelos econômicos. E não existe sequer alguma “terceira-via”: ao contrário, a hesitação em trilhar as fórmulas e caminhos já consagrados historicamente para retardar fatalmente a modernização.

Mas os social-liberais não têm uma visão ingênua do capitalismo e reconhecem os seus defeitos: a instabilidade cíclica, que pode levar à inflação e ao desemprego; a tendência à formação de monopólios; e às desigualdades de renda.

Esses fatores levam a que seja preciso introduzir no liberalismo a dimensão social, que define as premissas éticas de seu aperfeiçoamento e correção. Esses fatores atestam também a necessidade de presença de um estado forte, capaz de fornecer um horizonte de cálculo bem claro aos agentes econômicos, potencializando a taxa de crescimento, que é inerente ao capitalismo, e capaz de combater a pobreza e as desigualdades de renda.

Num mundo em constante mudança, que exige renovação permanente, o capitalismo é o sistema mais eficiente, caminho necessário para a superação das desigualdades. É também elemento essencial na cultura da liberdade: historicamente, a liberdade política sempre teve como respaldo a economia baseada na livre iniciativa. Se a democracia nasceu do liberalismo histórico, este, por sua vez, sempre floresceu associado à economia capitalista.

É preciso reconhecer, porém, que as áreas capitalistas subdesenvolvidas apresentam resquícios constrangedores de miséria (que é a falta do necessário) ou de pobreza (que é a falta do supérfluo, livremente escolhido). Isso obriga a um reforço decisivo, na construção do novo modelo, de sua dimensão social.

Estudos recentes reconhecem na economia de mercado o modelo mais propício a ganhos reais dos salários dos trabalhadores não qualificados – exatamente a massa sobre a qual incide a faixa da pobreza nos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento capitalista baseado no crescimento “trabalho-intensivo” é mais eficaz para a distribuição de renda do que estratégias redistributivistas, tendentes a prejudicar o investimento e a

formação do capital. É preciso aceitar que a disponibilidade futura de capital é a fonte, a longo prazo, de maior prosperidade para a própria classe trabalhadora.

O capitalismo encontrou os métodos de superação de suas formas históricas de conflito. Nos países desenvolvidos, de economia de mercado, o progresso e a prática da negociação sustentada por interlocutores institucionalmente sólidos esvaziaram gradualmente a contradição ideológica entre o capital e o trabalho. A História demonstrou na prática aos trabalhadores nos sistemas capitalistas desenvolvidos – e essa história se fez em boa medida com o engajamento dos trabalhadores na produção e na mobilização e luta por melhores condições de trabalho e de vida, graças, em larga medida, à liberdade de expressão dos regimes democrático-capitalistas – que o chamado modelo capitalista não lhes era necessariamente desfavorável.

A opção pelo modelo capitalista deve ser, portanto, consciente: o modelo é mais eficiente, mais livre e será o mais justo, se soubermos introduzir as indispensáveis qualificações éticas que a dimensão social exige.

Na opinião dos social-liberais, é preciso distinguir entre os diversos capitalismo atualmente em cena. O capitalismo selvagem-oligárquico está em recuo. O capitalismo moderno-democrático está em alta. A democratização do capital, em países industriais avançados, é tendência crescente – uma verdadeira revolução silenciosa, criando anualmente novos contingentes de acionistas e proprietários. Os esquemas de privatização, como o que adotamos no Brasil, se inscrevem nesse movimento de democratização do capital.

Um programa da terra, concebido sem coletivismos arcaicos, é outra grande avenida de democratização do capital. E por isso mesmo – pelo espírito de capitalismo social – é que ela deve ser realizada *pari passu* como a modernização definitiva das estruturas de produção agrícola no Brasil.

É a partir do consenso sobre a escolha das linhas-mestras do capitalismo que queremos – moderno, democrático, participativo, social –, que as diretrizes de política econômica poderão ser debatidas

de forma clara e racional, e venham valer como parte de um projeto nacional.

Acredito sinceramente na convergência profunda entre capitalismo social e democracia política. Queremos um capitalismo robusto e independente, em que se distinga procura legítima do lucro do apetite de ganância, e o espírito empresarial autêntico da mera pirataria especulativa.

É esse capitalismo social que o social-liberalismo deseja propor ao debate nacional.

## A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL

O grande tema da modernização nacional é o da reforma educacional. As opções que fizermos hoje definirão o País que queremos amanhã. Por isso, o tema da educação exige a participação engajada de todos, para que, com base em consenso amplo, possamos construir a ponte que nos levará a um futuro capaz de assegurar vida digna a todos os brasileiros.

Estamos não somente diante do desafio de definir currículos, de estabelecer prioridades e alocar recursos. Refletir sobre a educação significa tocar no cerne do processo de formação da cidadania.

O social-liberalismo, compreendendo a extrema complexidade da problemática sociocultural do sistema educacional, tem a convicção de que, em última análise, a batalha pelo progresso do Brasil será ganha ou perdida, conforme tenhamos condições ou não de realizar com êxito nossa revolução educacional.

Não foi por acaso que todas as grandes modernizações da História Contemporânea repousaram em extensa e efetiva democratização do acesso à instrução. O pilar da modernização institucional e tecnológica daqueles processos foi a expansão do ensino básico e o aperfeiçoamento da educação nos liceus e nas universidades.

O papel do ensino básico é simplesmente crucial. No caso brasileiro, representa a carência mais profunda e desumana entre as muitas que compõem a dívida social. Milhões de jovens brasileiros são condenados a uma vida frustrada, a uma existência tosca, que leva, muitas vezes, à marginalidade, por um sistema insuficiente, ineficaz e deficiente de escolas de primeiro grau.

Perpetra-se, dessa forma, não só um atentado permanente aos direitos mais essenciais da cidadania, mas também um tremendo desperdício de talento, que poderia estar a serviço do progresso da sociedade e do enriquecimento da personalidade de cada brasileiro.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, procuramos focalizar as prioridades críticas nesse terreno. Com os Ciac, iniciamos uma revolução não só de métodos, mas de mentalidades. Atentos a um apelo ético incontornável, demos mostras da prioridade à educação de base e à construção da cidadania, privilegiando a criança, a matéria-prima formadora, por excelência, do homem brasileiro.

O problema educacional não pode ser solucionado apenas com a ação resoluta do Governo Federal. A Constituição brasileira atribui aos estados e municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental, o que inclui a manutenção das escolas e a remuneração dos professores. A atuação da União não se dá à revelia dos demais poderes, invadindo a sua competência. Sua adequada solução depende, assim, do esforço conjunto de todos, respaldadas as três esferas de Governo pelo apoio da sociedade como um todo.

Impõe-se, em particular, a correção das formações que incidem sobre o ensino superior. Nas universidades públicas o custo deve ser compensado pelo desempenho, o salário associado à competência e à dedicação, e o tamanho da folha de pagamento dependente, tanto do número de alunos, quanto da qualidade do ensino ou da produção científica. Com uma administração autônoma e responsável, será possível ampliar o acesso ao ensino público de nível superior, melhorar-lhe a qualidade e recuperar instalações, bibliotecas e laboratórios.

Mas não basta redirecionar verbas para a prioridade do ensino básico. É preciso, igualmente, reconquistar a excelência desse ensino e sua universalização. Uma das maiores perdas, no processo de deterioração da educação brasileira, ocorreu na formação profissional, inexistente ou precária, de professores para os níveis pré-universitários. As escolas normais tiveram seu papel histórico praticamente destruído. Hoje, o professor, além de ganhar mal, deixou de ter treinamento ade-

quado para sua função, a mais importante no embasamento da modernização do processo pedagógico.

A revolução educacional brasileira terá de pautar-se por uma trilogia de valores: excelência, humanismo, desenvolvimento. Sem a busca da manutenção de padrões de excelência, em nível técnico e cultural, no mestre e no aluno, não existe educação digna desse nome. Somente venceremos o desafio da crescente divisão do globo, entre produtores de tecnologia e meros consumidores passivos das técnicas modernas, somente ingressaremos na vanguarda das sociedades modernas, se conquistarmos um padrão de capacitação tecnológica adequado às necessidades brasileiras de modernização e aos desafios da era contemporânea.

Não podemos confundir o cultivo da democracia com o democratismo para não correremos o risco de desacreditar as hierarquias inerentes ao magistério e à relação professor/aluno, comprometendo a própria essência do fenômeno educacional enquanto luta da sociedade e do ser humano pelo auto-aperfeiçoamento.

Esse auto-aperfeiçoamento, na ótica social-liberal, não é só da coletividade. É também do indivíduo. O que separa a educação da mera instrução é o escopo do saber básico e do saber especializado. Nesse ponto, naturalmente, a educação se abre à vida da cultura como horizonte da individualidade livre. O Social-Liberalismo é um humanismo democrático essencialmente em função do seu apego à dimensão ético-cultural do desenvolvimento.

Enfim, a revolução educacional deve ser conduzida com a mais aguda consciência de que somente o êxito da educação popular e o resgate da eficiência da educação superior garantirão ao Brasil as duas vertentes do desenvolvimento: a democracia política e a eficiência econômica fundada em estruturas e processos científico-tecnológicos atualizados. Sem educação, jamais as massas brasileiras poderão elevar-se ao nível de uma cidadania madura, conhecedora do valor das instituições livres e capaz de acompanhar, como merecem, a dinâmica da modernidade.



## O PAPEL DA CULTURA

Em artigos anteriores, procurei definir as principais características da proposta social-liberal. Segundo ela, o estado não é nem intervencionista, nem omissivo. Abstém-se, em princípio, de agir na esfera da produção, porque esta é privativa da sociedade civil, mas não hesita em agir nos espaços em que sua responsabilidade é intransferível.

São exatamente essas as grandes linhas de uma política cultural moderna. Também ela se mantém equidistante do dirigismo mecânico e do liberalismo ortodoxo.

A política cultural dirigista é típica das ditaduras do século XX. Ela converte a cultura em apêndice do estado e em instrumento do poder totalitário.

No outro extremo, o estado liberal puro é radicalmente não-intervencionista. Garante a liberdade de expressão, o que é importantíssimo, e em seguida pensa ser possível transferir à esfera cultural a mesma postura que adota na atividade econômica: o *laissez-faire*. A produção cultural, não atendida pelo mercado, deveria conformar-se em ser financiada pelo mecenato particular.

A dimensão da cidadania está ausente tanto no modelo dirigista de comando, como no liberal puro. No primeiro, os homens são meros objetos de uma política feita à sua revelia. No segundo, os direitos culturais ou não são expressamente reconhecidos, ou têm caráter puramente declaratório, na falta de uma política que lhes dê vida e substância.

Uma política de cultura baseada na proposta social-liberal, ao contrário, parte do conceito de cidadania cultural e a considera parte

integrante da cidadania no seu sentido mais amplo. Diferentemente do dirigismo, sustenta na vida cultural a anterioridade e a preeminência da sociedade sobre o estado. Ao contrário do liberalismo clássico, considera não só os direitos civis e políticos, mas igualmente os direitos sociais, e contribui para que alcancem condições de fruição efetiva.

Quais são os direitos culturais? A resposta está na Constituição, que consagra e inclui o direito à memória cultural, o direito à produção cultural e o direito de acesso à cultura.

O direito à memória tem como objeto o patrimônio cultural do País. Desconhecer esse direito é institucionalizar a amnésia social. Todos os cidadãos podem e devem exigir do Estado as atitudes necessárias para que esse patrimônio se preserve, tanto em sua dimensão material quanto imaterial, e abrangendo em toda a sua diversidade as várias correntes civilizatórias que concorreram para moldar a cultura brasileira.

O direito à produção cultural é indispensável para a constituição de personalidades autônomas e de nações criadoras. O estado não pode substituir-se ao indivíduo na criação cultural, nem muito menos inibi-la por qualquer tipo de censura, direta ou indireta, mas tem o dever de contribuir para que se consolidem as condições necessárias ao livre exercício desse direito.

O direito de acesso à cultura, por sua vez, tem a ver com o uso do acervo cultural existente. Não basta poder criar, é também preciso poder desfrutar a cultura produzida. Estão privados *de facto* do exercício desse direito os vastos contingentes marginalizados pela pobreza material, os milhões de analfabetos e, em geral, os egressos de um sistema educacional deficitário, que não transmite aos estudantes os conhecimentos necessários para que eles tomem consciência da riqueza espiritual do Brasil e da Humanidade.

A lei de apoio à cultura, que sancionei no dia 23 de dezembro último, está intimamente vinculada a esse conceito de cidadania. Ela se destina a reforçar os meios de que dispõe o Governo para atuar em toda a gama dos direitos culturais. O exercício do direito à memória é facilitado pelos vários dispositivos que estimulam os investimentos

na área do patrimônio cultural; o direito à produção adquire condições materiais de concretização; o direito de acesso à cultura é reconhecido com a inclusão entre os objetivos do programa de “contribuir para facilitar a todos os meios para o livre acesso a cultura.”

Não há política cultural autárquica. Os direitos culturais dependem de todos os outros. O direito à memória e o direito à produção cultural só se tornarão plenamente concretos com a retomada do crescimento. O direito de acesso à cultura depende de medidas de promoção social, no campo da saúde, da alimentação e da educação, que ultrapassam de muito o âmbito de uma política cultural. Mas a recíproca também é verdadeira. A modernização socioeconômica será facilitada pela difusão de uma cultura vigorosa, que alimente em todos os brasileiros uma consciência crítica, sem a qual não há democracia possível, e um sentido de responsabilidade na aceitação e partilha dos sacrifícios necessários, sem o qual não há cidadania consciente.

Eis a proposta social-liberal para a cultura. É uma proposta social, e por isso rejeita as ingenuidades do *laissez-faire*, que condenaria a vida cultural do Brasil seja às leis do mercado, seja à apropriação oligárquica por uma elite. E é uma proposta liberal, e por isso repudia com veemência os dois adversários de toda política liberal: o paternalismo, pelo qual o Estado se substitui ao indivíduo, e o autoritarismo, que submete a cultura à tutela do poder.



## **A PERSPECTIVA SOCIAL-LIBERAL DA ECOLOGIA**

A rapidez das transformações econômicas e sociais contemporâneas exige propostas convincentes para problemas novos, que não foram previstos nas análises clássicas do socialismo e do liberalismo. Hoje, para que uma doutrina política possa afirmar-se, é imprescindível que enfrente com seriedade e competência as questões relativas à ecologia.

O social-liberalismo aceita o desafio e pretende responder, de forma coerente e criativa, aos desafios da modernidade.

Chamei atenção, em artigo anterior, para o fato de que uma das dimensões da liberdade é o acesso. Sem acesso universal aos bens sociais, a livre escolha das oportunidades de vida, no trabalho e no lazer, converte-se em privilégio e degrada a democracia em oligarquia. Liberdade significa, hoje, participação e vida digna.

O social-liberalismo propõe-se a incluir, entre os direitos do homem, o direito a um planeta ambientalmente sadio.

Em seguida, postula que questões ecológicas não podem ser tratadas exclusivamente de um ângulo técnico, em busca de medidas simples de equilíbrio homem-natureza, pois envolve concepções fundamentais sobre as relações sociais.

Nesse sentido, as questões ecológicas servem para iniciar reflexões novas sobre a própria prática da democracia, sobre o seu significado em um mundo marcado pela desigualdade.

Há formas variadas de degradação ambiental. Algumas são conscientes e nascem, principalmente, nos países altamente industrializados. São resultado de um consumismo que se transformou perigosamente na própria motivação do progresso. Outras são inconscientes, fruto da luta pela sobrevivência, nas áreas mais pobres do planeta.

A concentração da riqueza e do saber nas mãos de poucos agravou-se, nas últimas décadas, tanto no plano interno dos países em desenvolvimento, como no plano internacional. A dimensão das disparidades é gritante: os países em desenvolvimento têm atualmente 77% da população mundial, mas apenas 16,8% da riqueza global. Em 1990, 93% dos nascimentos ocorreram nos países do chamado Terceiro Mundo. 1,2 bilhão de pessoas vivem ali abaixo do nível de pobreza e a expectativa de vida de sua população é, em média, 12 anos menor do que nos países desenvolvidos.

Se a democracia deve realizar plenamente as potencialidades do indivíduo, visto concretamente em sua circunstância histórica, não existirá convívio democrático e eticamente aceitável, enquanto persistirem, de forma tão dramática, as desigualdades no âmbito nacional e internacional. A solidariedade é a base para a construção de um modelo de desenvolvimento harmônico.

A proposta social-liberal é um apelo ao diálogo.

Nos últimos dois anos, tivemos o privilégio de assistir a um desses raros momentos em que todo um universo ideológico é sepultado pela História. Presenciamos a falência do dirigismo econômico que deixou um saldo do atraso, ineficiência, degradação do meio ambiente, de pobreza e carências em regiões onde poderiam florescer bonança e prosperidade.

Mas o triunfo da economia de mercado não é suficiente para corrigir as distorções que nos assolam, não basta para que possamos conceber e adotar um novo modelo de desenvolvimento, capaz de conciliar crescimento, bem-estar, justiça social e respeito à natureza.

É urgente introduzir a dimensão social no liberalismo econômico, entendido de forma abrangente.

Daí nasce com clareza a constatação de que não pode haver um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto.

Não se trata de ignorar os objetivos, em si louváveis, do bem-estar proporcionado pelo avanço material, vivido em sua plenitude por uma minoria: sabemos que manter os padrões de consumo e desperdício dos países ricos é hoje impossível se pensarmos em horizonte de longo prazo. E, como é possível transferir esses padrões para os países subdesenvolvidos? Não existem recursos físicos ou financeiros.

Por isso, trata-se, antes, de repensar a própria concepção de progresso, de um progresso que não se resume a meras estatísticas de crescimento, mas que inclua, além de melhoria dos indicadores sociais para a maioria, uma real e efetiva preocupação com a proteção ambiental.

Não existem respostas prontas para esses problemas: sabemos que a reversão do atual quadro de desigualdades e degradação ecológica exigirá a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, que incorpore a visão de que a Terra é um organismo vivo, que acolhe recursos biofísicos limitados.

Precisamos redefinir objetivos, alterando a própria maneira de medir o progresso. Os social-liberais, por suas profundas concepções democráticas e humanistas, crêem que o bem-estar dos cidadãos pode ser mais bem aferido quando a dimensão dos agregados econômicos é associada ao grau de liberdade e justiça, no nível de riqueza social e cultural das nações, a integração étnica e racial, a preservação do meio ambiente, enfim, a todos os elementos que expressem a efetiva felicidade e realização de um povo. Teríamos, assim, um indicador mais humano e mais sensível, que poderíamos talvez chamar de “Produto Nacional de Bem-estar”.

Uma coisa é certa: o social-liberalismo, uma filosofia político-econômica, que procura conciliar liberdade individual, eficiência econômica e justiça social, pode contribuir para a concepção e implementação desse novo modelo cujos fundamentos são o desenvolvimento sustentável e igualitário, de modo a resguardar não só as gerações presentes, mas também as gerações futuras.

O social-liberalismo oferece, assim, as bases para um diálogo necessário sobre o futuro do planeta. Por suas dimensões geográficas, pela importância e variedade da ecologia brasileira, pelo fato de que iremos sediar a Rio-92 – momento que há de marcar a inflexão histórica no debate ambiental – o Brasil tem uma contribuição decisiva a oferecer para o esforço solidário visando inaugurar uma nova etapa nas relações entre o homem e a natureza.

## FORMAÇÃO BÁSICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em artigo publicado na imprensa no último dia 9 de janeiro, afirmei que o grande tema da modernização do País é o da revolução educacional. Venho agora tratar do vínculo entre a informação básica do cidadão e o desenvolvimento científico-tecnológico.

A educação, no mundo contemporâneo, desempenha dois papéis fundamentais, no que diz respeito à quase onipresença da ciência e da tecnologia nos vários aspectos de nossas vidas: por um lado, viabilizar e impulsionar o avanço científico e tecnológico; por outro, permitir que esse avanço seja visto de modo crítico, à luz das necessidades, dos valores e tradições que governam os destinos das sociedades. A verdadeira educação – a que preza o humanismo, a ética e a solidariedade – gera cidadãos conscientes, capazes de entender a diferença, de um lado, entre o progresso real, que nos enriquece tanto material com espiritualmente, e, de outro, o culto irresponsável do novo pelo novo e do consumismo que, longe de contribuir para melhorar o cotidiano e resolver os problemas que nos afligem, acaba por agravá-los.

O progresso não é sinônimo de sofisticação, é uso intensivo da tecnologia. A boa tecnologia é concebida e executada para atender às reais necessidades humanas, com atenção para a harmonia com a natureza. Tecnologia é meio e não fim. A comunidade deve ser sempre sujeito e não objeto da evolução tecnológica.

Somente a correta formação básica da cidadania pode evitar que nos transformemos em vítimas do mal uso da ciência e da tecnologia. Recorrendo a uma frase que tenho empregado em outras ocasiões,

também nesse campo a sociedade deve estar plenamente habilitada a decidir o que quer, como quer e quando quer. Da mesma maneira que a democracia depende da qualidade política e intelectual da cidadania, o desenvolvimento depende da qualidade da formação, da competência das pessoas, como trabalhadores e consumidores. Se não for assim, corremos o risco de nos transformarmos em autômatos, prisioneiros da tecnologia.

O ideário social-liberal que venho defendendo tem muito a oferecer à discussão desse termo complexo, mas vital para a definição de parâmetros, interesses e alvos de um novo modelo de desenvolvimento econômico menos predatório e perdulário, mais racional, eficiente, humano e democrático.

A prova mais evidente de que os cidadãos devem exercer domínio sobre o avanço tecnológico está, sem dúvida, nos graves danos que o desenvolvimento causou, e ainda causa, ao meio ambiente. Em nossos dias, já existe uma consciência desse fato e, inclusive, a própria pesquisa científica e tecnológica começa a voltar-se para a solução de alguns desses estragos. Muitos deles, porém, poderão ser irreversíveis e, assim, é preferível impedir que ocorram, adotando medidas preventivas, ao invés de seguir na esperança ingênua de que o futuro trará remédio para todos esses males.

Feitas tais advertências, cabe ressaltar que o social-liberalismo não desconfia do progresso científico e tecnológico; muito pelo contrário, considera-o absolutamente central na conquista da modernidade que desejamos. Devemos caminhar, contudo, para uma sociedade que, em lugar de “tecnificar” o homem, humanize o técnico, preservando sua memória, sua cultura, seus valores e tradições.

A educação é a única via para formar cidadãos aptos a participar de maneira crítica e consciente na construção de seu próprio destino. É fundamental entender que decisões técnicas são sempre decisões de caráter político, devendo ser discutidas nessa condição. A sociedade, em geral, e os políticos, em particular, devem informar-se e colaborar ativamente. Se fugirmos dessa responsabilidade, deixaremos que os tecnocratas decidam por nós. E nem sempre eles levarão em conta o

bem comum. Muitas vezes, procura-se evitar a participação dos leigos nas decisões, sob o pretexto de que é preciso ter conhecimentos especializados. Na verdade, esses argumentos freqüentemente têm o objetivo de mascarar interesses específicos, e se nada fizermos para assegurar a transparência dos processos decisórios, eles acabarão por solapar a verdadeira democracia.

A cada nova decisão técnica, cujo alcance ou conseqüência afete a vida das pessoas, os políticos e os cidadãos devem perguntar-se sempre: a inovação traz maior bem-estar? A decisão é economicamente viável? Viável para quem? Para a comunidade ou para o setor interessado em sua adoção? A inovação tem impacto ambiental? Qual a sua magnitude?

Os brasileiros estão hoje cada vez mais cientes da importância da educação e da liberdade para uma participação ativa, eficaz e crítica nos processos produtivos e no aproveitamento racional das conquistas da ciência e da tecnologia. Mas ainda falta muito para que essa conscientização alcance a maioria da população. Para que isso ocorra, temos de agir em pelo menos três direções principais.

A primeira, a mais importante de todas, é mobilizar a sociedade para o imperativo da melhoria da formação básica. Numa era de transformações cada vez mais aceleradas, o cidadão precisa, antes de mais nada, saber pensar, ser capaz de apreender o que ocorre à sua volta, de assimilar as inovações que se multiplicam. A educação integral – aí estão os Ciac – constitui, portanto, pré-condição do domínio da ciência e tecnologia não como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de tomada de decisões.

A segunda direção de nossos esforços deve ser a universidade, à qual cabe preparar as pessoas e ampliar os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, é imprescindível que ela volte a dar ênfase aos valores cardiais do iluminismo, formando mais do que técnicos e especialistas de visão estreita, ignorantes fora de sua área de treinamento: pessoas sábias, detentoras de conhecimentos universais e ecléticos, capazes de harmonizar ciência e técnica com a ética, a estética e mesmo a religião.

Por fim, a terceira via necessária é a do engajamento dos setores produtivos da sociedade. Isso se faz pela cooperação entre empresas, universidades e instituições científicas, e também, pela ampliação das atividades de pesquisa e desenvolvimento dentro das próprias empresas.

Mas é preciso que os agentes econômicos se convençam de que nem sempre as soluções tecnicamente mais sofisticadas são as mais lucrativas e eficazes para a sociedade e a natureza. Hoje, por exemplo, já são muitas as vozes que questionam os benefícios reais do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, bem como da manipulação genética excessiva das espécies, cultivadas ou cultivares, que está resultando numa perda irreversível da diversidade biológica.

Os esforços nessas três direções que apontei devem ser feitos de modo articulado e consciente. O aprimoramento da capacidade científica e tecnológica nacional, apoiado na melhor formação básica dos nossos cidadãos, deve conduzir ao aumento da produtividade do trabalho e do capital, elevando a condição social da cidadania, e a posição competitiva do País na economia mundial. A meta maior, porém, afora o bem-estar dos brasileiros, é a preservação dos padrões culturais e religiosos do nosso povo, e, finalmente, a garantia de que nossos descendentes não serão apenas sobreviventes, mas herdeiros de uma sociedade próspera, justa, atenta à necessidade de que o progresso respeite o homem e a natureza.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E JUSTIÇA SOCIAL

Em artigo publicado no último dia 11 de janeiro, mostrei como o social-liberalismo tenciona responder aos desafios da modernidade, de forma coerente e criativa, conciliando liberdade individual, eficiência econômica e justiça social com um mundo ambientalmente sadio. Gostaria, agora, de aprofundar algumas reflexões sobre o tema.

Nos últimos 200 anos, a humanidade deu saltos gigantescos em sua capacidade de entender princípios e leis que governam o universo e os sistemas vivos, comprovando o seu notável engenho. Isso significou uma alteração profunda nas relações com a natureza: de seres passivos perante as forças naturais, o homem elevou-se à condição de agente das transformações sobre a face da Terra.

A evolução científica e tecnológica, que alterou radicalmente a vida no planeta, é apenas uma dimensão do processo civilizatório. A outra dimensão que completa esse processo, e lhe dá sentido ético, é a universalização dos valores cardeais do Iluminismo, como fundamentos do convívio social: liberdade, igualdade, fraternidade, justiça, tolerância e o predomínio da razão.

Se ambas essas dimensões, a material e a ética, tivessem marchado lado a lado, controlando-se e fecundando-se mutuamente, os desequilíbrios sociais e os danos ao meio ambiente seriam menos graves do que são hoje. Em outras palavras, a própria noção de progresso jamais se teria dissociado dos imperativos da justiça social e da harmonia com a natureza; as sociedades não teriam transformado o crescimento econômico em valor absoluto ou caído na armadilha de

cultuar o novo pelo novo. O crescimento e a tecnologia são meios e não fins: são um instrumento, não um valor.

A modernidade deve ser encarada como um fenômeno integral, coeso, que procura conciliar as conquistas econômicas, científicas e tecnológicas com a realização concreta das aspirações máximas do iluminismo.

Uma das reflexões centrais de nosso tempo é a concepção e a implementação da idéia de desenvolvimento sustentável. De forma muito sintética e simplificada, poderíamos defini-lo como um modelo cujos métodos e meios procuram balizar-se pelo equilíbrio entre o crescimento, a disponibilidade de recursos naturais e o bem-estar universal dos destinatários, presentes e futuros, dos frutos do progresso. Hoje, a sociedade industrial consome a natureza. Devemos aprender a desfrutar da natureza, distinguindo claramente entre o manejo indigente dos recursos naturais e sua depredação irracional.

O bem-estar deve ser entendido como a efetiva felicidade e realização de um povo muito mais do que o mero atendimento de necessidades materiais. Ele consagra liberdade e justiça, o fortalecimento da identidade cultural das sociedades, integração racial e étnica, um meio ambiente sadio, entre outros elementos que poderiam compor o “Produto Nacional de Bem-estar”, um indicador mais humano e sensível do que os números frios dos agregados econômicos.

Para o social-liberalismo, trata-se, portanto, de mudar as próprias premissas e objetivos do desenvolvimento: não há progresso real se sua consequência é um mundo ambientalmente degradado; não há progresso verdadeiro sem liberdade política e econômica, sem acesso democrático aos bens sociais, sem justiça.

Não me incluo entre os que se deixam influenciar pelo chamado pessimismo ecológico: acredito na capacidade humana de aprender com o erro e de engendrar soluções racionais e factíveis para os problemas e desafios, à primeira vista insuperáveis. Meu otimismo e esperança diante do futuro não partem de uma predisposição pessoal: tenho encontrado na História exemplos freqüentes de crises que são superadas pela dedicação dos homens, pela prevalência da razão sábia

sobre a emoção irracional. Vejam-se as estimulantes conquistas deste final de século: o desmoronamento da maioria dos regimes totalitários, o esforço real de desarmamento, a maior consciência ambiental, o empenho da ciência e da tecnologia para sanear os males causados por sua utilização incorreta e abusiva. É neste momento que se faz necessária uma crítica política, racional e objetiva ao papel a ser desempenhado, daqui em diante, pelas novas formas de conhecimento e avanços tecnológicos.

Num ponto fundamental, porém, os avanços têm sido muito menos expressivos do que poderiam, e deveriam ser: a justiça e a diminuição das desigualdades sociais, tanto em nível nacional como internacional. Tenho afirmado reiteradas vezes ser imprescindível que as elites mundiais se dêem conta de que não haverá um mundo de paz universal, um planeta que assegure a nossos descendentes condições de vida digna e saudável, enquanto persistir o dramático panorama de iniquidade, miséria, desperdício e depredação irresponsável do meio ambiente.

Temos em nossas mãos uma oportunidade única para fazer do Terceiro Milênio a verdadeira Idade de Ouro de nossa civilização. Mas seu advento depende da adoção de um novo padrão de desenvolvimento. Hoje, na era da globalização da economia, de nada adiantará uma ou outra nação optar por esse novo modelo: não adianta, por exemplo, mudar o padrão agrícola em um país, se em outro, com técnicas danosas à natureza, se produz a um preço mais barato. Portanto, as mudanças necessárias são profundas, complexas e inadiáveis. Deveremos alcançá-las de forma democrática, com debates reais e amplos nos diversos foros. As respostas para a maioria dos problemas ambientais e de justiça social pertencem muito mais ao campo da política do que da técnica. Se não existem fórmulas acabadas para a construção desse modelo de desenvolvimento sustentável, que corresponde a imperativos e necessidades reconhecidos há pouco tempo, urge iniciar uma discussão que nos leve a decisões coletivas transparentes, racionais e firmes para obter conquistas universais irreversíveis.

No plano internacional, abrem-se, em consequência, novas avenidas para a cooperação, e o exercício da diplomacia se fortalece como ferramenta para a construção democrática do consenso. A Rio-92 será

um momento decisivo para a definição das premissas, objetivos e, mesmo, de fórmulas efetivas para se alcançar o desenvolvimento sustentável dentro de uma nova ética de convivência.

## PRESENÇA INTERNACIONAL DO BRASIL

No pronunciamento que fiz para propor a elaboração coletiva de uma Agenda para o Consenso, tratei de temas eminentemente nacionais. O exame da dimensão internacional limitou-se, naquela ocasião, à questão da dívida. É preciso acentuar, porém, que a reestruturação do País é a prioridade de uma reinserção dinâmica, moderna e eficaz na comunidade das nações, tornando-se cada vez mais necessário incorporar a política externa ao debate público.

Uma melhor participação do Brasil no contexto internacional tem sido uma prioridade de meu Governo nesses quase dois anos de trabalho, ao longo dos quais testemunhamos transformações surpreendentes no “mapa mundi” da economia, da política e das idéias. Em meio a tão rápidas mudanças externas e profundas reformas estruturais internas, nossas relações internacionais não podem mais ficar restritas a um exercício elitista, confinado em circuitos fechados da administração, ou dependente desta ou daquela ideologia política. Ao contrário, todos os setores da sociedade devem articular-se a fim de que se definam pautas importantes também para nossa atuação nesse campo.

Em consonância com a defesa que faz da liberdade e do sistema democrático, o social-liberalismo propõe um diálogo franco entre nações grandes e pequenas, ricas e pobres, antigas ou recentemente constituídas. A democracia nos ensina que os conflitos de idéias e interesses encontram sempre sua melhor solução no diálogo. Espera-se que isto também seja regra na vida das nações. Afinal, as relações entre países não podem limitar-se a um permanente jogo de poder. A nova paz desarmada que se prenuncia deve ser mais a expressão de

uma ética de convivência do que o resultado de um equilíbrio sempre frágil de conveniências.

A participação histórica do Brasil em conferências internacionais sobre paz e desarmamento teve constante relevo conceitual e moral. Agora, após havermos tomado a iniciativa de repudiar unilateralmente as aventuras nucleares, de proibir, em parceria com os vizinhos do Cone Sul, as armas químicas e biológicas, e de assinar, em conjunto com a Argentina, um amplo acordo de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica, não tenho dúvidas de que a credibilidade de nossa voz está fortalecida.

O reconhecimento cada vez maior da tradição diplomática do Brasil decorre de nosso invariável respeito ao direito internacional e da preferência pela solução negociada dos conflitos. Nossas posições estão assentadas na convicção de que a verdadeira defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros no exterior encontra-se nessa observância inflexível do direito internacional e não no endosso a ações que, em domínio privado, se façam em afronta à cartografia e à soberania territorial de cada nação. A firmeza de nossas posições e convicções serve, para nossos vizinhos, como exemplo e modelo necessários para o respeito àqueles princípios cardeais e para o convívio fraterno além-fronteiras.

Isso porque entendermos que a melhor proteção a cada indivíduo somente ocorre na ordem jurídica legitimamente construída, com base nos interesses e aspirações da coletividade. Igualmente crucial, nesse sentido, é a garantia da solidez das instituições, que devem ser preservadas em todos os países, numa corrente solidária que desencoraje e repudie com enérgico desprezo todo projeto golpista de quebra da ordem constitucional e todo atentado aos direitos humanos.

O Governo brasileiro, reformista e modernizador, aberto ao diálogo e avesso ao confronto, recolhe agora os benefícios de uma imagem melhorada pelas mudanças concretas que estamos empreendendo. Abre-se, assim, maior espaço para que nossas propostas sejam ouvidas com atenção crescente. É chegado o momento de aproveitarmos ainda mais o impulso que a democracia deu à projeção internacional do Bra-

sil, renovando métodos e perspectivas e aprimorando a sintonia entre a Nação e o Mundo.

Exaltamos, hoje, com vigor, os esforços em prol da democracia, dos direitos humanos, do meio ambiente e da desnuclearização, porque já não nos recusamos a discutir esses temas, entrincheirando-nos em negações. Estamos abertos ao diálogo e prontos a tomar iniciativas pioneiras nesses e em outros campos. A demonstração concreta de nossa vocação pacífica na área nuclear e o empenho com que trabalhamos para o êxito da Rio-92 são prova adicional desse pioneirismo diplomático do Brasil. No âmbito doméstico, mas com ampla repercussão no exterior, devemos ainda registrar, entre outras medidas, a construção dos Ciacs e a demarcação das terras yanomami, esta regulamentando e aquela reforçando direito constitucional.

Ao lado da preocupação com as reformas estruturais internas, com a construção de um projeto nacional, e com o processo de integração regional, o Governo dá tratamento prioritário a propostas abrangentes e ambiciosas sobre os grandes temas internacionais. Num mundo marcado por contrastes cada vez maiores, vivemos a rara oportunidade histórica de aproveitar a distensão política entre as superpotências para incentivar a busca solidária do desenvolvimento econômico sustentado, a melhoria das condições sociais, a justiça em todas as suas dimensões, enfim, a paz universal.

A política externa brasileira deve incorporar o melhor da visão liberal sobre as relações internacionais, levando, aos nossos parceiros, a mais humana, racional e objetiva das mensagens, livre das funestas rivalidades históricas – religiosas, étnicas, políticas ou econômicas – e dos vícios perversos que tradicionalmente as alimentaram: a corrida armamentista, as desigualdades sociais, o protecionismo comercial e tecnológico, as hegemonias políticas.

Esse é o padrão da mensagem pacífica e construtiva com que a diplomacia brasileira deverá exprimir os nossos sentimentos, defender os nossos interesses e representar as aspirações de nosso povo.



## **AGENDA PARA O CONSENSO: A SOCIEDADE RESPONDE**

Ao propor a participação de todos na elaboração de uma agenda para o consenso, e ao publicar uma série de artigos sobre o pensamento social-liberal, tive um objetivo muito claro: incentivar a ampla discussão das grandes questões nacionais, como a melhor forma de alcançar soluções definitivas e justas para nossos problemas e desafios.

Esse chamamento ao debate começa a produzir resultados. Vão surgindo opiniões de personalidades expressivas como Aloysio Nunes Ferreira Filho, Bolivar Lamounier, César Maia, João Paulo dos Reis Velloso, Hélio Jaguaribe, Luiz Antonio de Medeiros, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marilena Chauí, Miguel Reale, Oscar Dias Corrêa e outros. Essa relação de nomes sugere, por si só, uma grande diversidade de posições, que vão do apoio à rejeição. No conjunto das respostas, entretanto, é possível identificar alguns argumentos recorrentes, os quais gostaria de comentar.

Abordaria a crítica mais freqüente contida nessas manifestações: o descompasso entre o discurso e a prática de meu Governo. É preciso ressaltar, em primeiro lugar, que discurso e prática são dimensões da política que se completam e devem, numa democracia, guardar estreita coerência. Quase sempre, o discurso anda a frente dos fatos. Os pronunciamentos políticos funcionam como uma bandeira: propõe idéias e objetivos a serem debatidos e, eventualmente, adotados. Para mim, os discursos que faço servem, inclusive, como referencial para um permanente exercício de autocritica em relação às ações do Governo. Tenho reiterado com insistência: a agenda para o consenso e o ideá-

rio social-liberal são propostas para a discussão pública que almejam fazer com que o processo político brasileiro venha a contar com uma sólida base de idéias amadurecidas pelo diálogo. Neste momento de aceleradas transformações em todo o mundo, quando vemos desabarem dogmas, ideologias e sistemas sociopolíticos tidos por imutáveis, a reavaliação constante das idéias torna-se crucial.

Ainda sobre esse alegado descompasso, é preciso dizer que, apesar de estarem obtendo apoio cada vez mais amplo na sociedade, as linhas de nosso projeto de modernização do País enfrentam grandes e conhecidas reações de alguns setores que se julgavam, ou eram de fato, beneficiários de distorções, cuja outra face perversa são as injustiças que, consolidadas ao longo de nossa História, ainda mancham a realidade nacional. Além disso, cabe reconhecer que o próprio Estado não está ainda aparelhado para cumprir a contento sua missão. Do mesmo modo, em conjuntura de aguda escassez de recursos, são necessárias prioridades claras, definidas democraticamente pela Nação. Todos esses desafios – reações, disfunções do Estado e falta de prioridades estabelecidas – podem ser em grande medida enfrentados a partir das idéias políticas, que deflagram a discussão e o entendimento. Assim, a prática vai se aproximando mais e mais dos ideais. Como sabemos, o discurso e as idéias não resolvem os problemas, mas são o ponto de partida para quaisquer soluções.

Não se trata, portanto, de estar dizendo uma coisa, e fazendo outra. Trata-se, sim, de ir fazendo o que é possível, ao mesmo tempo em que se defendem metas e diretrizes que já orientam o nosso trabalho. A plena realização do que estamos propondo exige, contudo, que venha a formar-se uma verdadeira vontade coletiva sobre os grandes desafios nacionais.

Finalmente, refiro-me àqueles que me atribuem defender idéias genéricas, repetindo “conceitos velhos”, sustentando propostas com que todos necessariamente concordam. Penso que o nosso dia-a-dia, por si só, invalida esses argumentos: nossa política continua a exigir ideários, nítidos e articulados; “idéias antigas”, como alegam ser as do liberalismo, jamais se estabeleceram realmente entre nós. O fato de haver apoio generalizado a certas metas ainda não se traduziu num

acordo em torno dos instrumentos e medidas concretas para realizá-las.

A agenda para consenso e a proposta-liberal não pretendem ser verdades acabadas, mas um gesto construtivo destinado a apresentar sugestões e alternativas e a suscitar debate que se pretende franco e fértil.

Nessas condições, não se pode dizer que estejamos “chovendo no molhado”. Muito ao contrário, estamos tentando reforçar um modo de convivência que, entre nós, ainda está em fase de amadurecimento: a democracia. A participação dos cidadãos num regime democrático não se esgota no ato de depositar o voto na urna. Político e eleitor são co-responsáveis pela condução diária dos destinos do País.

As primeiras manifestações sobre nossa decisão de insistir na proposta do debate são positivas e nos estimulam a prosseguir com ânimo redobrado. Confirmam que as expectativas da sociedade são de avançar concretamente na realização dos objetivos de estabilidade econômica, de modernização, de justiça social.

A sociedade percebe, com clareza, que o esforço político permanente do Governo é unir e, numa democracia, isto só se consegue com o diálogo e o entendimento. Mesmo decisões específicas, como as substituições ministeriais que acabo de promover, devem ser interpretadas como outro sinal da disposição para o diálogo.

A classe política é interlocutora privilegiada neste memento. O que o povo deseja é que ela trabalhe para o consenso, e contribua, assim, para que juntos definamos, com o espírito público, com idéias claras, com a rapidez que o tempo histórico exige, os métodos e caminhos que devemos escolher para alcançar o ideal de progresso compartilhado hoje por todos os brasileiros.



SENADO FEDERAL